



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Instrução nº 2533

Dispõe sobre os procedimentos para concessão do auxílio-educação e auxílio-creche para dependentes.

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, Engº. José Tadeu da Silva, no uso de suas atribuições e:

Considerando o constante no Ato Administrativo nº. 22, vigente desde 01 de maio de 2011;

Considerando que o princípio da eficiência é considerado um dever administrativo por excelência e significa que a administração pública deve atender ao cidadão na exata medida da necessidade deste, com agilidade, mediante adequada organização interna e ótimo aproveitamento dos recursos disponíveis, pois não é interessante para à sociedade a manutenção de uma estrutura ineficiente;

Considerando que frente a tal princípio surge a necessidade de otimização de fluxos de trabalho, sem violação aos demais princípios norteadores da Administração Pública e, especialmente, ao princípio da legalidade;

DETERMINA:

Art. 1º - O CREA-SP concederá aos funcionários reembolso de despesas com matrícula, mensalidade, material/uniforme escolares, referentes à Educação Infantil e Ensino Fundamental, de filhos ou equiparados, mediante apresentação de:

a) formulário referente a **requerimento de inscrição** para os benefícios (Anexo I);

b) **cópia de contrato com a instituição de ensino ou declaração de matrícula.**

Parágrafo Único - A comprovação das referidas despesas com matrícula e mensalidades **deverá** ser feita, pelo funcionário, semestralmente, em conformidade com o previsto nesta instrução.

Educação Infantil – Auxílio Creche:

Art. 2º - Para receber o auxílio-creche será necessária a apresentação do **requerimento de inscrição preenchido**, juntamente com **cópia de contrato com a instituição escolar ou declaração de matrícula**, no período de **1º (primeiro) de Dezembro ao 5º (quinto) dia útil de Janeiro**, do ano subsequente, anualmente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estes documentos devem conter os valores das mensalidades e matrícula (com descontos e sem taxas) e o período de escolaridade do dependente, além do nome e CNPJ da instituição de ensino contratada e nome do dependente.

§ 1º - Excepcionalmente, no ano de 2011, por ocasião do início do presente normativo, a entrega do requerimento de inscrição preenchido deverá ser feita para o segundo semestre, **entre 15 de Junho de 2011 ao 5º (quinto) dia útil de Julho de 2011**;

§ 2º - Nesta ocasião, não será necessário o envio de cópia do contrato ou declaração da instituição de ensino para os funcionários que já encaminharam a mesma no início do ano;

§ 3º - O funcionário que não apresentar o requerimento de inscrição preenchido no prazo constante neste artigo deverá apresentar justificativa, por escrito dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo final para o envio da documentação, para análise;

§ 4º - Para a inclusão de novos dependentes fora do período de inscrição, basta apresentar a documentação solicitada neste artigo a qualquer tempo.

Art. 3º - As despesas com **mensalidades** serão reembolsadas até o valor equivalente a **35% (trinta e cinco por cento), do piso salarial vigente**, por mês e por filho.

Art. 4º - As despesas com **matrícula** serão reembolsadas em uma única parcela até o valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do piso salarial vigente, por ano e por filho.

Art. 5º - A soma total de mensalidades e matrícula de cada dependente não pode exceder **13 (treze) parcelas anuais**.

Art. 6º - Para comprovação do pagamento das mensalidades e matrícula reembolsadas durante o ano, o funcionário deverá apresentar **comprovação de quitação** das mesmas, mediante cópia de boletos e seus respectivos comprovantes de pagamento ou declaração de quitação emitida pela instituição escolar contendo os valores das mensalidades pagas, além do nome e CNPJ da instituição de ensino contratada, nome do funcionário e do dependente. Isto acontecerá em **duas etapas**:

a) Primeiro Semestre: **entre 1º (primeiro) de Junho ao 5º (quinto) dia útil de Julho**, referente ao período de Janeiro a Junho do mesmo ano de vigência;

b) Segundo Semestre: **entre 1º (primeiro) de Dezembro ao 5º (quinto) dia útil de Janeiro** do ano subsequente, referente ao período de Julho a Dezembro do mesmo ano de vigência;

§ 1º - Não ocorrendo a comprovação do pagamento das mensalidades e matrícula nos termos desta instrução, as seguintes providências serão adotadas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

a) O direito ao reembolso das mensalidades e matrícula posteriores ficará suspenso até sua respectiva regularização;

b) Os valores pagos pelo CREA-SP a título de reembolso, que não tiverem sua quitação devidamente comprovada pelo funcionário, serão descontados em folha de pagamento, conforme prévia autorização assinada pelo funcionário no requerimento de inscrição.

Art. 7º - Havendo alteração de valor da mensalidade durante o ano, o funcionário deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos em até 20 dias corridos da data do evento, declaração da instituição escolar constando o motivo e detalhamento da alteração, com nome do aluno, nome e CNPJ da instituição de escolar.

Art. 8º - Para o funcionário que enviou o requerimento de inscrição para participação do auxílio-creche será creditado na **folha de pagamento do mês de Fevereiro** de cada ano, o valor fixado **de 35% (trinta e cinco por cento) do piso salarial vigente**, para **auxílio de material escolar / uniforme** do dependente com idade acima de 2 (dois) anos de idade, **sem necessidade de comprovação de pagamento**;

§ 1º - O funcionário admitido após o mês fevereiro terá direito ao benefício de auxílio material escolar / uniforme somente no próximo exercício, dentro dos critérios estabelecidos;

§ 2º - Para dependentes matriculados em berçários / escolas de educação infantil, com até 2 (dois) anos de idade, o auxílio de material escolar / uniforme poderá ser reembolsado até o valor equivalente a 35% (trinta e cinco por cento) do piso salarial vigente, mediante comprovante de pagamento, bem como documento comprobatório constando os itens referentes exclusivamente ao aprendizado.

Art. 9º - Quando houver dois responsáveis legais pelo dependente, sendo ambos funcionários do CREA-SP, somente um deles terá direito ao benefício.

Art. 10º - **Não serão reembolsadas** despesas relativas a taxas de qualquer natureza como:

a) **juros, multas** por atraso no pagamento, correção monetária e **cursos extracurriculares**, como natação, idiomas, judô, *ballet*, capoeira, entre outros;

b) **materiais de higiene** e limpeza, **medicamentos**, entre outros que não sejam exclusivamente para uso na aprendizagem escolar;

c) **valores divergentes da opção feita no preenchimento do requerimento de inscrição**, sem a prévia comunicação ao Departamento de RH, conforme mencionado no Art. 7º.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Educação Fundamental – Auxílio Educação para dependente:

Art. 11º - Para receber o auxílio-educação será necessária a apresentação do **requerimento de inscrição preenchido**, juntamente com **cópia de contrato com a instituição escolar ou declaração de matrícula**, no período de **1º (primeiro) de Dezembro ao 5º (quinto) dia útil de Janeiro**, do ano subsequente, anualmente.

Estes documentos devem conter os valores das mensalidades e matrícula (com descontos e sem taxas) e o período de escolaridade do dependente, além do nome e CNPJ da instituição de ensino contratada e nome do dependente.

§ 1º - Excepcionalmente, no ano de 2011, por ocasião do início do presente normativo, a entrega do requerimento de inscrição preenchido deverá ser feita para o segundo semestre, **entre 15 de Junho de 2011 ao 5º (quinto) dia útil de Julho de 2011**;

§ 2º - Nesta ocasião, não será necessário o envio de cópia do contrato ou declaração da instituição de ensino para os funcionários que já encaminharam a mesma no início do ano;

§ 3º - Para o funcionário que não apresentar o requerimento de inscrição preenchido no prazo constante no Art. 7º, deverá apresentar justificativa, por escrito dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir do prazo final para o envio da documentação, para análise;

§ 4º - Para a inclusão de novos dependentes fora do período de inscrição, basta apresentar a documentação solicitada neste artigo a qualquer tempo.

Art. 12º - As despesas com **mensalidades** serão reembolsadas até o valor equivalente a **50% (cinquenta por cento)**, do **piso salarial vigente**, por mês e por filho.

Art. 13º - As despesas com **matrícula** serão reembolsadas em uma única parcela até o valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial vigente, por ano e por filho.

Art. 14º - A soma total de mensalidades e matrícula de cada dependente não pode exceder **13 (treze) parcelas anuais**.

Art. 15º - Para comprovação do pagamento das mensalidades e matrícula reembolsadas durante o ano, o funcionário deverá apresentar **comprovação de quitação** das mesmas, mediante cópia de boletos e seus respectivos comprovantes de pagamento ou declaração de quitação emitida pela instituição escolar contendo os valores das mensalidades pagas, além do nome e CNPJ da instituição de ensino contratada, nome do funcionário e do dependente. Isto acontecerá em **duas etapas**:

a) Primeiro Semestre: **entre 1º (primeiro) de Junho ao 5º (quinto) dia útil de Julho**, referente ao período de Janeiro a Junho do mesmo ano de vigência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

b) Segundo Semestre: **entre 1º (primeiro) de Dezembro ao 5º (quinto) dia útil de Janeiro** do ano subsequente, referente ao período de Julho a Dezembro do mesmo ano de vigência;

§ 1º - Não ocorrendo a comprovação do pagamento das mensalidades e matrícula nos termos desta instrução, as seguintes providências serão adotadas:

a) O direito ao reembolso das mensalidades e matrícula posteriores ficará suspenso até sua respectiva regularização;

b) Os valores pagos pelo CREA-SP a título de reembolso, que não tiverem sua quitação devidamente comprovada pelo funcionário, serão descontados em folha de pagamento, conforme prévia autorização assinada pelo funcionário no requerimento de inscrição.

Art. 16º - Havendo alteração de valor da mensalidade durante o ano, o funcionário deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos em até 20 dias corridos da data do evento, declaração da instituição escolar constando o motivo e detalhamento da alteração, com nome do aluno, nome e CNPJ da instituição de escolar.

Art. 17º - Para o funcionário que enviou o requerimento de inscrição para participação do auxílio-educação será creditado na **folha de pagamento do mês de Fevereiro**, de cada ano, o valor fixado **de 50% (cinquenta por cento) do piso salarial vigente**, para **auxílio de material escolar / uniforme** do dependente, **sem necessidade de comprovação de pagamento**;

§ 1º - O funcionário admitido após o mês fevereiro terá direito ao benefício de auxílio material escolar / uniforme somente no próximo exercício, dentro dos critérios estabelecidos;

§ 2º - Perderá o direito ao reembolso no ano seguinte o dependente do funcionário que for reprovado.

Art. 18º - Quando houver dois responsáveis legais pelo dependente, sendo ambos funcionários do CREA-SP, somente um deles terá direito ao benefício.

Art. 19º - Não serão reembolsadas despesas relativas a taxas de qualquer natureza como:

a) **juros, multas** por atraso no pagamento, correção monetária e **cursos extracurriculares**, como natação, idiomas, judô, *ballet*, capoeira, entre outros;

b) **valores divergentes da opção feita no preenchimento do requerimento de inscrição**, sem a prévia comunicação ao Departamento de RH, conforme mencionado no Art. 16º.

Art. 20º - A não observância do contido nesta instrução, ensejará ao funcionário às sanções e medidas disciplinares cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Art. 21º - Esta Instrução entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições contrárias.

São Paulo, 27 de junho de 2011.

Engº Civil José Tadeu da Silva
CREA-SP nº 0600536263
Presidente